

A importância dos saberes de mulheres subalternizadas para orientar uma psicologia contra-hegemônica

The importance of subalternized women knowledges to guide a counter-hegemonic psychology

Priscila Dias Batista Vieira¹ (prisciladias.social@gmail.com)

Resumo: Este artigo teórico visa apresentar reflexões que contribuam para uma melhor compreensão quanto à ausência dos saberes de mulheres subalternizadas dentro da literatura científica no campo da Psicologia hegemônica. A pergunta de partida que orienta essas reflexões foi: *quais contribuições o feminismo decolonial, somado às epistemologias do Sul, pode trazer para enriquecer a capacidade da Psicologia hegemônica em dar respostas adequadas às necessidades de mulheres subalternizadas?* Dentre os referenciais teóricos desta investigação estão as noções de *mulheres subalternas*, proposta por Gayatri Spivak (2010), e de *feminismo decolonial*, apresentada por Maria Lugones (2019) e Françoise Vergès (2020), somadas a categorias importantes ancoradas em conceitos das epistemologias do Sul propostos por Boaventura de Sousa Santos (2018).

Palavras-chave: Psicologia contra-hegemônica; mulheres subalternizadas; feminismo decolonial; epistemologias do Sul.

Abstract: This theoretical article aims to present reflections that contribute to a better understanding of the absence of knowledge of subalternized women within the scientific literature in the field of hegemonic Psychology. The starting question that guided this reflection was to think: *what are the contributions that decolonial feminism, added to the Epistemologies of the South, can bring to enrich the capacity of hegemonic*

¹ Priscila Dias é Psicóloga Social e Filósofa pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR) no Brasil. Mestre em Intervenção Social (MISIE) pela Universidade de Coimbra, em Portugal, onde é doutoranda em Estudos Pós-Coloniais e Cidadania Global (CES). É interventora social responsável pela Empresa Social Íntimo Colorido, voltada a mulheres em situação de pobreza (www.intimocolorido.com.br).

Psychology to provide adequate answers to the needs of subordinated women? Among the theoretical references of this reflection are the notions of subaltern women proposed by Gayatri Spivak (2010) and the Decolonial Feminism presented by Maria Lugones (2019) and Françoise Vergès (2020), in addition to important categories anchored in concepts of the Epistemologies of the South proposed by Boaventura de Sousa Santos (2018).

Keywords: Psychology against hegemonic; Subaltern women; Decolonial Feminism; Epistemologies of the South.

Résumé: Cet article théorique vise à présenter des réflexions qui contribuent à une meilleure compréhension de l'absence du savoir des femmes subalternisées dans la littérature scientifique du le champ de la Psychologie hégémonique. La question de départ qui a guidé cette réflexion était de penser: *comment le féminisme décolonial, en plus des Epistémologies du Sud, peut contribuer à enrichir la capacité de la Psychologie hégémonique à apporter des réponses adéquates aux besoins des femmes subordonnées?* Parmi les références théoriques de cette réflexion figurent les notions de femmes subalternes proposées par Gayatri Spivak (2010) et le féminisme décolonial présenté par Maria Lugones (2019) et Françoise Vergès (2020), en plus des catégories importantes ancrées dans les concepts des Epistémologies du Sud proposés par Boaventura de Sousa Santos (2018).

Mots clés: Psychologie contre hégémonique; femmes subalternes; féminisme décolonial; Epistémologies du Sud.

Introdução

A forma de produção da Psicologia enquanto ciência tem suas raízes no positivismo moderno e os ditos cânones (Carvalho, 2017) dessa área do conhecimento, que ao serem considerados como referenciais hegemônicos não privilegiaram os estudos da condição das populações menos favorecidas. Dentre esses grupos vulnerabilizados estão incluídas as mulheres, que se encontram no centro da organização do cuidado de muitas sociedades e são quem mais sofrem as consequências dos sistemas de opressão e exploração patriarcal, capitalista e racista (Orozco, 2006; Fraser, 2016).

Buscando contribuir para a difusão da necessidade de produção na literatura científica, no campo da Psicologia voltada a atender as demandas das mulheres em situação de vulnerabilidade social, este artigo visa enfatizar a importância de trazer essas vozes para orientar intervenções psicossociais que incluam os seus saberes, a fim de que apontem direções orientadoras das práticas profissionais no trabalho de campo, possibilitando o alcance de resultados mais efetivos junto a essa importante parcela da população.

Para isso é preciso que a própria Psicologia hegemônica faça uma crítica interna, reconhecendo as limitações de seus modelos e processos metodológicos na sua construção enquanto ciência. Entende-se por Psicologia hegemônica, neste trabalho, aquela que disseminou um ideário individualista de sujeito psicológico, pautada em um modelo específico de subjetividade, compreendida a partir da noção de interioridade (Dimenstein, 2000), com seu enfoque de atuação clínica voltada à população de classe média. Construção que, em geral, tem ignorado as populações marginalizadas, ao manter um enquadramento sociocultural à luz de modelos criados com indivíduos predominantemente brancos, de classe média, europeus ou americanos (Bhatia *et al.*, 2022).

Esses referenciais eurocêntricos estão na origem da inadequação das respostas que têm sido apresentadas, sobretudo para o Sul Global, pois existe uma incoerência entre a natureza das experiências vivenciadas por essas mulheres e os enfoques das estratégias de intervenção. Isso ocorre ao ignorarem as experiências únicas dessas mulheres e os conhecimentos que elas detêm sobre os contornos das suas próprias realidades e as soluções que delas poderiam emergir.

Considerando a ausência dos saberes de mulheres subalternizadas dentro desse campo de atuação, como pergunta de partida, este trabalho visa investigar *“quais contribuições o feminismo decolonial, somado às epistemologias do Sul, pode trazer para enriquecer a capacidade da Psicologia hegemônica em dar respostas adequadas às necessidades de mulheres subalternizadas?”*

O motivo para escolher esse tema partiu de uma busca em compreender as razões pelas quais a Psicologia hegemônica tem se ausentado, ao longo da história, em dar a devida atenção às vozes das populações marginalizadas, sobretudo a partir dos recortes de gênero, raça e classe. Esse esclarecimento pode contribuir para elucidar a importância do direcionamento de mais estudos para o avanço das ciências sociais na produção de conhecimento nessa área.

Optou-se pela elaboração de um artigo teórico, tendo como base contribuições dos estudos subalternos (Spivak, 2010), das perspectivas do feminismo decolonial (Lugones, 2019; Vergès, 2020) e das epistemologias do Sul (Santos 2015; 2018; 2020). Esses autores foram elegidos a partir de um conhecimento prévio das suas produções, confiando que suas abordagens teóricas podem trazer contributos para o alcance da compreensão que aqui se busca.

O caminho que este artigo irá percorrer para responder à pergunta de investigação colocada será primeiramente apresentar argumentos que justifiquem a importância de aprofundar os estudos sobre as mulheres subalternizadas em suas especificidades. Em seguida, serão investigadas algumas contribuições do feminismo decolonial e das epistemologias do Sul para uma melhor compreensão da invisibilidade das suas vozes. Esse caminho será percorrido na busca por alcançar reflexões que contribuam para a prática de psicólogos(as) que trabalham com intervenção psicossocial junto a essas mulheres, mas que ainda atuam a partir das lentes de uma Psicologia hegemônica.

Este estudo teórico visa, portanto, apontar direções para que se avance diante dos limites que a Psicologia ainda enfrenta enquanto ciência, para que esse campo do conhecimento esteja sempre se atualizando e siga ancorado na sua responsabilidade social.

Particularidades subjetivas das mulheres subalternas

A *Psicologia Feminista* emergiu como uma área de produção sobre as questões das mulheres dentro desse campo científico (Nogueira, 2013). Embora ainda haja uma invisibilidade das discussões de gênero no interior da Psicologia acadêmica (Narvaz, 2009), existe um esforço de muitas autoras em evidenciar a importância dessa questão. É preciso situar que há diferentes perspectivas dentro do campo dos estudos feministas. No contexto deste artigo, considera-se importante esclarecer que:

[...] a ideia de feminismos subalternos pode agregar diferentes movimentos de mulheres feministas, acadêmicas ou não: feminismo pós-colonial, feminismo terceiro-mundista, feminismo negro, feminismo indígena, feminismo comunitário, feminismo mestiço, feminismo latino-americano, feminismo africano, feminismo islâmico, feminismo do Sul, feminismo decolonial, feminismo fronteiriço, feminismo transcultural etc. Em geral, esse amplo

espectro de caracterizações está relacionado com marcações geopolíticas, étnico-raciais e culturais (Ballestrin, 2017: 1040).

A própria noção de *mulher subalterna* – por si só – é um equívoco, pois não existe a “verdadeira” subalterna. Uma mulher, mesmo que pobre, pode estar em situação de subalternidade em um determinado contexto, mas não em outro. Isso leva à compreensão de que elas são, sobretudo, construídas na sua subalternidade pelos discursos dominantes. Desse modo, é preciso que a leitura a ser feita dessas mulheres seja sempre localizada, afinal, essa posição não é fixa (Spivak, 2010). Pode-se compreender quais mulheres estão sendo referenciadas a partir das palavras de Lorde (1984: 29), “aquelas de nós que estão fora do círculo do que essa sociedade define como mulheres aceitáveis, aquelas de nós que foram forjadas nos caldeirões da diferença – aquelas de nós que somos pobres, que somos lésbicas, que somos negras, que somos velhas”.

A situação de exclusão social que muitas vivenciam, pela falta de acesso a direitos básicos, sejam eles econômicos, sociais, territoriais, institucionais ou voltados aos referenciais simbólicos (Costa, 2007), fazem com que muitas mulheres experienciem, cada vez mais, um tipo específico de sofrimento: o *sofrimento ético-político* (Sawaia, 2006), marcado pelas injustiças sociais de que são acometidas². Esse sofrimento não é resultante de questões especificamente individuais, mas decorrentes da condição de precarização social em que muitas dessas mulheres se encontram, “a humilhação, a vergonha, a depreciação são vividas de forma mais intensa pelas classes subalternas” (Bertini, 2014: 65).

Não são todas as mulheres que sofrem da mesma forma. As questões vividas por mulheres negras, indígenas, lésbicas, mães solteiras, deficientes, trans, refugiadas, dentre outras, possuem aspectos específicos que precisam ser compreendidos em suas particularidades, para que a Psicologia possa lhes oferecer respostas adequadas. Porém, o colonialismo estrutural presente na formação de psicólogos(as)³ marca as mulheres subalternizadas a partir de uma perspectiva única e reducionista⁴: o lugar da carência. E

² Consta que o sofrimento não se inicia no sujeito, e sim “em intersubjetividades delineadas socialmente” (Sawaia, 2006: 99).

³ Formação esta “na organização dos currículos, nos modelos de mercado e racionalidades profissionais, nos modos como se faz pesquisa, na aposta (ou não) naquilo que sabe a comunidade com a qual se trabalha e na formação de novos profissionais e pensadores” (Revollo *et al.*, 2019: 165).

⁴ Como demonstra Santos, citando Meneses (Meneses 2010 apud Santos 2020: 17) “los ‘otros’ no surgen como individuos o comunidades – con sus estructuras de poder y saberes –, sino como una representación homogénea, imaginada en función de los objetivos políticos y las fantasías de los colonizadores. Esta arrogancia de la civilización, este pensamiento abisal, atribuye a los colonizadores el poder de decidir las soluciones para el futuro de los colonizados”.

isso nos impede de reconhecê-las para além dos estereótipos de marginalidade que lhes são atribuídos. Desta forma, como nos orienta Ballestrin (2017: 1048), “descolonizar o gênero é necessariamente uma *práxis*. É decretar uma crítica da opressão de gênero racializada, colonial e capitalista heterossexualizada visando a uma transformação vivida do social”.

Quando este artigo se refere a uma Psicologia hegemônica (Jorge, 2003), compreende-se como aquela, assim como um feminismo hegemônico, que não ampliou ainda suas lentes para uma compreensão mais aprofundada em relação às diferentes realidades vivenciadas por mulheres subalternizadas. Para contribuir com essa compreensão, Judith Rollins (*apud* Collins, 2019: 1) menciona que realizou entrevistas com trabalhadoras domésticas que mantinham seu senso de autovalor e que não aceitavam serem tratadas como inferiores.

Os estudos decoloniais vêm contribuindo para o nascimento de uma nova visão da ciência psicológica, que posiciona os sujeitos a partir de outros lugares epistêmicos, entendendo as muitas formas de subjetividade das mulheres marginalizadas, para além dos discursos de carência por meio dos quais predominantemente foram narradas. Com o objetivo de somar esforços para esses avanços dentro desse campo, serão apresentadas a seguir algumas modestas considerações.

Consideração dos saberes decoloniais para orientar uma psicologia ainda hegemônica

Existe uma inatenção da Psicologia às características e desafios particulares dos indivíduos que vivem em condições de exclusão, injustiça e opressão, consequência dessa “ideologia ocidental-patriarcal que transformou mulheres, negros/as, povos indígenas, povos da Ásia e da África em seres inferiores marcados pela ausência de razão, de beleza ou de um espírito naturalmente apto à descoberta científica e técnica”, como esclarece Vergès (2020: 31).

Assim este artigo tem como foco enfatizar que há tempo para criticar a reprodução de posturas hegemônicas dentro do campo da Psicologia, posturas estas ocidentais, eurocêntricas e de primeiro mundo,⁵ que fazem uso da linguagem como

⁵ “O feminismo ocidental – dos quais o estadunidense faz parte – passou a ser acusado por seu universalismo, etnocentrismo, anglo-eurocentrismo, branqueamento e pela negligência de questões coloniais e raciais que atravessam etnias, nacionalidades e geografias. Passou, também, a ser retratado como um feminismo do Norte e de Primeiro Mundo, muito pouco sensível às questões das mulheres não ocidentais, do Sul e do Terceiro Mundo” (Ballestrin, 2017: 1040).

ferramenta de dominação sobre as mulheres de classes menos favorecidas (Ballestrin, 2017).

Essa lógica opera da seguinte forma: quando se fala em terceiro mundo, por exemplo, são consideradas as partes do mundo vistas pelo Norte Global como pobres e, por isso, periféricas e menos desenvolvidas; enquanto o Norte, por sua vez, coloca-se como o centro rico e produtor de referências, apesar de “a economia colonial-capitalista se apropriar do valor produzido na periferia⁶” (Santos, 2018: 23). Essa condição faz o Norte assumir um estatuto de superioridade e esse tem sido o sistema-mundo moderno colonial⁷.

A partir dos anos 80 passa a ocorrer um movimento importante de pensadores asiáticos, africanos e latino-americanos, emergindo enquanto forças do Sul Global, que passam a formular muitas propostas teóricas contra as opressões do capitalismo, colonialismo e patriarcado, o que faz emergir novos conceitos como “pós-colonial y decolonial” (Santos & Meneses, 2020: 25), inaugurando debates importantes no campo das Ciências Sociais.

Santos (2015) apresenta reflexões em torno da noção de *epistemicídio*, consideradas importantes para a compreensão dos argumentos que este artigo pretende apresentar, sendo essa noção compreendida por ele como a negação da legitimidade das produções de conhecimentos dos grupos oprimidos pela lógica colonial racista. Conceitualização importante para o objetivo deste artigo, cujo objetivo é localizar contribuições que as epistemologias do Sul possam trazer para enriquecer a capacidade da Psicologia em dar respostas adequadas às necessidades dessas mulheres impactadas pela violência epistêmica, assumindo a existência de uma Psicologia que atribui às condições de mulheres subalternizadas uma importância menor. A partir do pensamento de Boaventura, quanto ao *epistemicídio*, Carneiro⁸ complementa afirmando que:

Não é possível desqualificar as formas de conhecimento dos povos dominados sem desqualificá-los também, individual e coletivamente, como sujeitos cognoscentes. E, ao fazê-lo, destitui-lhe a razão, a condição para alcançar o

⁶ Tradução da autora.

⁷ “Una de las primeras teorizaciones sobre la relación norte-Sur se encuentra en el *Informe de la comisión independiente sobre temas de desarrollo inter-nacional* (1980), comisión presidida por Willy Brandt [...] Este documento propuso el uso del término *Sur global*, visto como “más neutral”, dio apoyo, implícitamente, a la globalización hegemónica neoliberal en curso y reforzó la idea de un centro (modelo socioeconómico del Atlántico norte) como modelo de desarrollo que se debe imponer al resto del mundo (Santos e Meneses, 2020: 24).

⁸ Em seu trabalho intitulado *A construção do outro como não-ser como fundamento do ser* (Carneiro, 2005).

conhecimento “legítimo” ou legitimado. Por isso o epistemicídio fere de morte a racionalidade do subjugado ou a seqüestra, mutila a capacidade de aprender etc (Carneiro, 2005:97).

É preciso mencionar que, há algumas décadas, os campos da *Psicologia Social Comunitária* (Lane, 1981) e da *Psicologia da Libertação* (Baró, 1996) vêm a rompendo com essas lógicas hegemônicas ao apresentar teorias e métodos voltados a atender as necessidades dos grupos mais vulnerabilizados. São importantes campos de atuação na América Latina e se destacaram “por focar processos de intervenções psicossociais existentes em comunidades” (Ansara & Dantas 2010 *apud* Castro & Mayorga, 2019: 5).

Suas perspectivas apontam para a politização do trabalho da Psicologia, que passa a ter como horizonte o trabalho em comunidades, cujo principal foco de análise são os sujeitos pertencentes aos setores populares, em relação à sociedade da qual historicamente são excluídos. O trabalho do(a) psicólogo(a) passa a ser a favor da autonomia dos sujeitos, com novos olhares dentro desse campo de atuação, sendo que assim “transgridem, escapam, renomeiam e ressignificam o que está, aparentemente, colocado” (Castro e Mayorga, 2019: 5).

Ao ocupar a epistemologia, os grupos sociais oprimidos, aqueles que não contam como humanos e cujo conhecimento não é válido diante da hegemonia do pensamento ocidental moderno, reivindicam sua humanidade ao representar o mundo como seu, em seus próprios termos. Só assim poderão transformá-lo de acordo com as suas aspirações (Santos & Meneses, 2020: 11)⁹.

Não está em causa a necessidade de os saberes de mulheres subalternizadas precisarem da validação da Psicologia, porque isso a colocaria como uma ciência em posição superior, de autoridade, face aos sujeitos. O que está em questão é reconhecer que o conhecimento produzido por essa área poderia ser amplificado, se apoiado nos saberes produzidos por essas mulheres. Porém, isso exige da Psicologia um novo pensamento, o pensamento pós-abissal. Santos (2015: 20) diz, nesse sentido, que “não existe justiça social global sem justiça cognitiva global” e que a deslegitimação de seus saberes se deve ao fato de que essas mulheres se posicionam no que ele conceitua como *linha abissal*.

O pensamento moderno ocidental é um pensamento abissal. Consiste num sistema de distinções visíveis e invisíveis, sendo que estas últimas fundamentam as primeiras. As distinções invisíveis são estabelecidas por meio

⁹ Tradução da autora.

de linhas radicais que dividem a realidade social em dois universos distintos: o “deste lado da linha” e o “do outro lado da linha”. A divisão é tal que “o outro lado da linha” desaparece como realidade, torna-se inexistente e é mesmo produzido como inexistente. Inexistência significa não existir sob qualquer modo de ser relevante ou compreensível (Santos, 2015: 1).

Essa linha segue marcando certas mulheres como inferiores e invisíveis, o que justifica, no campo da ciência psicológica, o silêncio e a invisibilização desses grupos na literatura hegemônica. Identificar e denunciar a *linha abissal*, nesse contexto, é fundamental para possibilitar que o campo da Psicologia amplie seus horizontes conceituais e sua capacidade de ter um impacto positivo nesses grupos. Santos (2018: 47) afirma que “a ciência moderna, em especial as ciências sociais modernas, incluindo as teorias críticas, nunca reconheceram a existência da linha abissal”.

Identificar o fato de que as definições de Bem-Estar não incluem suas vozes impossibilita que as intervenções psicossociais voltadas a essas mulheres, que tenham esse objetivo, apresentem limitações. O que interessa neste trabalho é denunciar que as mulheres devem participar da construção dos saberes orientadores da própria Psicologia, informando como produzem o seu Bem-Estar, ou seja, ouvir as vivências, experienciadas na primeira pessoa. Seus conhecimentos são escassos no campo da Psicologia pelo fato de serem produzidos por “sujeitos concebidos como incapazes de produzir conhecimento válido devido à sua impreparação ou mesmo à sua condição não plenamente humana” (Santos, 2018: 21).

Existem muitos saberes para além do científico, “uma das mais bem consolidadas premissas do pensamento abissal talvez seja, ainda hoje, a da crença na ciência como única forma de conhecimento válida e rigorosa” (Santos, 2015: 26). Há um sistema teórico dominante que opera a noção de Bem-Estar (Ryff *et al.*, 1995; Diener, 1984), mas que não responde ao significado real desse conceito dentro do contexto que essas mulheres vivenciam. Isso porque o campo de pesquisa “não se coloca mais como objeto sobre o qual se produz conhecimento; ao contrário, o próprio campo de pesquisa é visto como produtor de conhecimentos, que complementam, transformam e dialogam com o campo epistêmico da academia, produzindo conhecimentos outros” (Revollo *et al.*, 2019: 165).

Contribuições do feminismo decolonial para uma mudança no olhar em relação às mulheres subalternas

O feminismo decolonial proposto por Vergès (2020) apresenta uma compreensão aprofundada do impacto das experiências de explorações coloniais globais na vida de muitas dessas mulheres. Ela chama a atenção para a existência de uma indústria “na qual racialização, feminização, exploração, riscos à saúde, invisibilidade, subqualificação, baixos salários, violência, assédios sexual e sexista se combinam” (Vergès, 2020: 17). Dentre essas mulheres, a autora aponta como as mais exploradas as responsáveis pela limpeza, profissionais do sexo, mulheres trans, imigrantes e refugiadas.

Existe uma falta de acesso de muitas dessas mulheres a condições promotoras de saúde, compreendendo-se esta como:

Resultante das condições de alimentação, habitação, educação, renda, meio-ambiente, trabalho, transporte, emprego, lazer, liberdade, acesso e posse de terra e acesso a serviços de saúde. É, assim, antes de tudo, o resultado das formas de organização social da produção, as quais podem gerar grandes desigualdades nos níveis de vida (Saúde, 1986: 4).

Esse cenário exige que o(a) psicólogo(a) com interesse em servir às causas populares e revolucionárias¹⁰ (Baró, 1996), amplie seu repertório de compreensão sobre a variedade das subjetividades humanas. Assim se diferenciarão muitas vezes dos conteúdos herdados de uma formação universitária clínica, que serve apenas às necessidades de uma parcela de psicólogos(as), que se dedicam apenas à população com poder aquisitivo capaz de pagar por consultas individuais. Para atender às necessidades das classes populares, é preciso que o(a) psicólogo(a) amplie seus modelos conceituais e práticos (Whitford 1985 *apud* Baró 1985), abrindo o horizonte para novas percepções a partir de um saber ético, político e crítico da realidade.

Nesse momento, a intelectualidade psicossocial latino-americana questiona a hegemonia científica do Norte Global e o campo psicológico é abalado pelos questionamentos éticos de psicólogos que rejeitaram vários modelos analíticos estadunidenses e europeus não condizentes com as questões experienciadas pelos países que ainda sofriam os efeitos da colonização e exploração dos Estados do “primeiro mundo” (Castro & Mayorga, 2019: 3).

A importância de desenvolver ferramentas teóricas e instrumentalizações conceituais contextualizadas se deve ao fato de que há na atualidade um desafio colonial histórico para o qual as lentes da ciência eurocêntrica não se adaptam. Isso ocorre por

¹⁰ “O psicólogo pode contribuir para a formação de uma identidade, pessoal e coletiva, que responda às exigências mais autênticas dos povos” (Baró, 1996: 22).

terem sido desenvolvidas predominantemente em populações com características privilegiadas, ou a partir de posições privilegiadas, ignorando os contornos particulares das vivências de opressão social e os processos psicológicos específicos que estão implicados na adaptação a situações desfavorecidas.

A importação de modelos de intervenção e compreensão do indivíduo desenvolvidos em contextos socialmente privilegiados e em culturas opressoras não pode responder às necessidades dos oprimidos, mas leva ao risco de contribuir e alimentar esses processos de opressão e de exclusão. Não se pode “continuar com a inércia dos esquemas teóricos já conhecidos ou das formas de atuar habituais; nosso saber psicológico deve ser confrontado com os problemas novos¹¹” (Baró, 1996: 23). A *Psicologia Cultural* (Malherbe, 2020), por exemplo, já vem chamando a atenção para os perigos de os modelos criados com uma população europeia ou estadunidense apontarem conceitos que possam até mesmo ser irrelevantes em outras culturas.

A mudança de olhar que se deve assumir com urgência significa o deslocamento da visão das mulheres subalternas apenas como vítimas do processo colonial, passando a compreender que existem aquelas que também resistem a esses processos. Para isso, o conceito de resiliência pode ser útil, ajudando a entender que essas mulheres são capazes de reagir frente às situações complexas de injustiças e de exclusão social que enfrentam. Sendo essas complexidades referentes ao fato de que as condições de desigualdade que vivenciam multiplicam-se e amplificam-se mutuamente, isso faz com que os processos emocionalmente de exclusão alcancem camadas densas e cada vez mais desafiantes.

A resiliência que aqui se busca evidenciar não se refere somente ao fato de essas mulheres sobreviverem emocionalmente ao sofrimento ético-político (Sawaia, 2006) que vivenciam, mas “como um processo de superação de desafios, trazendo como resultado o crescimento e a transformação pessoal” (Walsh, 1996 *apud* Souza & Cervený, 2006: 119).

Para este artigo interessa apontar a importância de a Psicologia, a partir da noção de resiliência, investigar as crenças e significados que as mulheres subalternizadas atribuem ao seu Bem-Estar e não ao seu sofrimento. Isso decorre do fato de a noção de

¹¹ Baró (1996: 18) ainda afirma que não se pode fazer Psicologia “sem assumir uma séria responsabilidade histórica, isto é, sem tentar contribuir para mudar todas as condições que mantêm as maiorias populares desumanizadas, alienando sua consciência e bloqueando o desenvolvimento de sua identidade histórica. Porém, é preciso fazê-lo como psicólogos, isto é, a partir da especificidade da psicologia como *que fazer* científico e prático”.

resiliência, segundo Souza e Cerveny (2006: 124), ser um conceito “construído sócio-historicamente, impregnado de valores e significados próprios da cultura em que ele se insere”. Dessa forma, a Psicologia, ao fazer uso do conceito de resiliência, nesta perspectiva, rompe com as abordagens médicas que ignoram as condições particulares dessas mulheres vulnerabilizadas e as esconde por detrás da noção de sofrimento. Expandindo a compreensão de que elas aprendem formas de enfrentar as adversidades com as quais se deparam no dia a dia, essa dimensão da resiliência aponta para o potencial de crescimento que vivenciam no atravessamento das dificuldades que encontram.

Para enriquecer essa discussão decolonial, Lugones (2019: 948) afirma que:

A tarefa da feminista decolonial inicia-se com ela vendo a diferença colonial e enfaticamente resistindo ao seu próprio hábito epistemológico de apagá-la. Ao vê-la, ela vê o mundo renovado e então exige de si mesma largar seu encantamento com “mulher”, o universal, para começar a aprender sobre as outras que resistem à diferença colonial¹² (Lugones, 2019: 948).

É urgente apontar o potencial dessas mulheres de constituírem noções que recusem os significados e a organização social estruturados pelo poder. Diz Lugones (2019: 940) que “em nossas existências colonizadas, racialmente gendradas e oprimidas, somos também diferentes daquilo que o hegemônico nos torna. Esta é uma vitória infrapolítica¹³”.

Esses são alguns dos ganhos que os estudos sobre *colonialidade e gênero* podem trazer para a prática diária no trabalho de campo, ou seja, “oferecer outros olhares às práticas feministas, reconhecendo e valorizando ações de mulheres fora do esquadrão branco, eurocêntrico, burguês e que dialogam com a decolonialidade” (Lugones, 2019: 940).

Considerações finais

O artigo buscou ampliar os horizontes da Psicologia hegemônica, considerada predominantemente americana e eurocêntrica, que exclui muitas formas de produção de conhecimento para além desse recorte. As epistemologias do Sul contribuem situando a

¹² Lugones (2019: 941) sugere chamarmos a análise da opressão de gênero racializada capitalista de “colonialidade do gênero”, e a possibilidade de superá-la de “feminismo decolonial”.

¹³ Podemos compreender que a *infrapolítica* proposta por Lugones nos ajuda a negar a forma como as mulheres subalternizadas foram narradas ao longo do tempo nos trabalhos que já foram realizados sobre elas. A *infrapolítica* enfatiza uma política de resistência dessas mulheres rumo à libertação.

noção de *epistemicídio*, apontando a importância de incentivarmos o conhecimento produzido pelas mulheres do Sul Global, que muitas vezes não obedecem aos critérios científicos impostos por essas perspectivas. Com esse argumento inicial, o artigo buscou incentivar o campo da Psicologia hegemônica a contribuir fazendo pesquisas que incluam em seus estudos as vozes daquelas que permanecem do outro lado da *linha abissal*.

O feminismo decolonial contribui apontando a importância na mudança do olhar que o(a) profissional precisa assumir, enquanto psicólogo(a), quando se propõe a trabalhar com mulheres subalternizadas, para que não as reconheça apenas como vítimas do processo colonial, mas passe a compreender que existem também aquelas que resistem a esses processos. Uma sugestão apontada foi de rompermos com o olhar apenas a partir da ótica do sofrimento que elas vivenciam, mas partindo da perspectiva de resiliência e saberes dessas mulheres. O artigo enfatiza a importância de a Psicologia hegemônica se descolonizar para ampliar sua produção de conhecimento, pois somente os discursos teóricos não são mais suficientes, é preciso incluir as dimensões vivenciadas.

Este artigo destaca a relevância das vozes dessas mulheres no interior do campo da Psicologia, porém, a conclusão é que não se trata apenas de elas poderem falar, mas que a ciência psicológica tenha recursos metodológicos para ouvi-las. Um limite deste artigo, entretanto, foi não ter condições, neste momento, de apontar quais são essas metodologias, mas esse estudo segue comprometido em investigar *Metodologias Participativas* que contribuam para essa viabilização. Considera-se que esse não é o único caminho, mas um dos possíveis para informar como a Psicologia pode produzir ciência apoiando-se nos saberes produzidos por mulheres subalternizadas, propondo intervenções psicossociais efetivas junto a essa importante parcela da população.

Referências bibliográficas

Ballestrin, Luciana Maria de Aragão (2017), “Feminismos subalternos”, *Rev. Estudos Feministas [online]*, 25(3), 1035-1054. ISSN 1806-9584. Consultado a 06.12.2022, em <https://www.scielo.br/j/ref/a/gW3NgWK4bpj9VHJCNTxx96n/?lang=pt>

Baró, Ignácio Martin (1996). “O papel do psicólogo”, *Estudos de Psicologia*. 2(1), 7-27. Consultado a 10.11.2022, em <https://www.scielo.br/pdf/epsic/v2n1/a02v2n1>

Bertini, Fatima Maria Araújo (2014). “O sofrimento ético-político: uma análise do estado da arte”, *Psicologia & Sociedade*, 60-69, consultado a 10.11.2022, em <https://www.scielo.br/j/psoc/a/RX4JKfPnj63wjXRhCpjryRx/abstract/?lang=pt>

Bhatia, Sunil; Long, Wahbie; Pickren, Wade & Rutheford, Alexandra (2022). “Histories of Psychology otherwise engaging with decoloniality, decolonization, and histories of Psychology otherwise”, in Adames, H.; Comes-Diaz, L. & Chavez, N. (eds.), *Decolonial Psychology: theory, research, training and practice*. APA. Consultado a 10.11.2022, em https://www.researchgate.net/publication/358356677_HISTORIES_OF_PSYCHOLOGY_OTHERWISE_Engaging_with_Decoloniality_Decolonization_and_Histories_of_Psychology_Otherwise

Carneiro, Aparecida Sueli (2005). *A construção do outro como não-ser como fundamento do ser*. 2005. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo.

Castro, Ricardo Dias de & Mayorga, Claudia (2019). “Decolonialidade e pesquisas narrativas: contribuições para a Psicologia Comunitária”, *Pesquisas e Práticas Psicossociais*, 14(3), São João del-Rei, jul.-set. 2019. e3178, consultado a 10.11.2022, em http://www.seer.ufsj.edu.br/index.php/revista_ppp/article/view/e3178

Carvalho, José Jorge de (2017). “Uma proposta de estudos culturais na América Latina: inclusão étnica e racial, transdisciplinaridade e encontro de saberes”, in Almeida, Júlia; Patrocínio, Paulo Roberto Tonani do (Org.). *Estudos culturais: legado e apropriações*. Campinas, SP: Pontes, 2017, 157-190.

Collins, Patricia Hill (2019). *Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento*. Tradução Jamille Pinheiro Dias. 1. ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 495 p. Consultado a 18.11.2022, em <https://docplayer.com.br/73850557-Patricia-hill-collins-pensamento-feminista-negro-co-nhecimento-consciencia-e-a-politica-do-empoderamento.html>

Costa, Alfredo Bruto da (2007). *Exclusões sociais*. Lisboa: Gradiva.

Diener, Ed (1984). *Subjective well-being*. Psychol Bull 92: 410-33. Consultado a 10.11.2022, em http://labs.psychology.illinois.edu/~ediener/Documents/Diener_1984.pdf

Dimenstein, M. (2000). “A cultura profissional do psicólogo e o ideário individualista: implicações para a prática no campo da assistência pública à saúde”, *Estudos de Psicologia Cultura Profissional do Psicólogo*, 5(1), consultado a 10.11.2022, em: <https://www.scielo.br/j/epsic/a/FbK3GQ3CR4PDPKGNHZQ3bSk/?lang=pt>

Fraser, Nancy (2016). “Contradictions of capital and care”, *New Left Review*, 100, july-aug., consultado a 10.11.2022, em <https://newleftreview.org/issues/ii100/articles/nancy-fraser-contradictions-of-capital-and-care>

Jorge, Cintia (2003). “Psicologia hegemônica: uma reflexão sobre suas bases idealistas”. *Revista de Iniciação Científica*, Universidade do Extremo Sul Catarinense, 1(1), 2003. Criciúma, SC: Ed. UNESC, consultado a 10.11.2022, em <https://periodicos.unesc.net/iniciacaocientifica/article/view/43>

Lorde, Audre (1984). “As ferramentas do mestre nunca vão dismantelar a casa-grande”, Tradução de Tatiana Nascimento, revisada em fevereiro de 2012, in Audre Lorde. *Sister outsider: essays and speeches*. New York: The Crossing Press Feminist Series. 110-113.

Lane, Silvia Tatiana Maurer (1981). *O que é Psicologia Social*. São Paulo: Brasiliense.

Lugones, María (2019). “Rumo ao feminismo decolonial”, in Heloisa Hollanda. *Pensamento feminista hoje: conceitos fundamentais*. Rio de Janeiro: Bazar.

Malherbe, Nick (2019). Articulating liberation psychologies of culture. *Journal of Theoretical and Philosophical Psychology*. 40(4). DOI:10.1037/teo0000126.

Narvaz, Martha (2009). *A (in)visibilidade do gênero na psicologia acadêmica: onde os discursos fazem política* (Tese de doutorado). Programa de pós-graduação em Psicologia, Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Rio Grande do Sul.

Nogueira, Conceição (2013). “A teoria da interseccionalidade nos estudos de gênero na psicologia”. *Ciclo de conferências do centro de investigação do Instituto Universitário ISPA*, consultado a 10.11.2022, em <http://www.ispa.pt/eventos/teoria-feminista-da-interseccionalidade-nos-estudos-de-genero-na-psicologia>.

Orozco, Amaia Pérez (2006). “Amenaza tormenta: la crisis de los cuidados y la reorganización del sistema económico”, *Revista de Economía Crítica*, jan 1, 5:7-37., consultado a 10.11.2022, em https://www.researchgate.net/publication/46515658_Amenaza_tormenta_La_crisis_de_los_cuidados_y_la_reorganizacion_del_sistema_economico

Revollo, Catalina Pardo; Costa, Samira Lima; Ramos, Mancel Martínez (org.) (2019). “Psicologia nos encontros e interfaces com epistemologias contra-hegemônicas”, *Fractal: Revista de Psicologia*, 31, 165, 4 set., consultado a 10.11.2022, em <https://periodicos.uff.br/fractal/issue/download/v31nesp/179>

Ryff, Carol. D.& Keyes, Corey. L. M. (1995). “The structure of psychological well-being revisited”, *Journal of Personality and Social Psychology*, 69(4), 719-727, consultado a 10.11.2022, em <https://psycnet.apa.org/doiLanding?doi=10.1037%2F0022-3514.69.4.719>

Santos, Boaventura de Sousa (2015). “Mais além do pensamento abismal”, in *Construindo as Epistemologias do Sul: antologia essencial*, v. 1. Buenos Aires: CLACSO. Consultado a 10.11.2022, em https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/81474/1/Construindo%20as%20Epistemologias%20do%20Sul_Vol%201.pdf.

Santos, Boaventura de Sousa (2018). *O fim do império cognitivo: a afirmação das epistemologias do Sul*. Coimbra: Almedina.

Santos, Boaventura de Sousa & Meneses, Maria Paula (2020). “Introducción, las epistemologías del Sur: dar voz a la diversidad del Sur”, in Santos, Boaventura de Sousa; Meneses, Maria Paula (org.), *Conocimientos nacidos en las luchas: construyendo las epistemologías del Sur*. Madrid: Akal, 9-47.

Sawaia, Bader Burihan (2006). *As artimanhas da exclusão social: análise psicossocial e ética da desigualdade social*. ed. 6. Petrópolis: Editora Vozes.

Saúde, Ministério (1986). *8ª Conferência Nacional da Saúde - Relatório Final*. Consultado a 29.06.2022, em http://conselho.saude.gov.br/biblioteca/Relatorios/relatorio_8.pdf

Souza, Marilza Terezinha Soares; Cervený, Ceneide Maria de Oliveira (2006). “Resiliência Psicológica: Revisão da Literatura e Análise da Produção Científica”. *Revista Interamericana de Psicología/Interamerican Journal of Psychology*. Vol. 40, Num. 1 pp. 119-126

Spivak, Gayatri Chakravorty (2010). *Pode a subalterna tomar a palavra?* Tradução de António Sousa Ribeiro. Lisboa: Orfeu Negro.

Vergès, Françoise (2020). *Um feminismo decolonial*. Trad. de Dias, Jamille Pinheiro; Camargo, Raquel. São Paulo: Editora Ubu, 144p. Consultado a 10.11.2022. em <https://mulherespaz.org.br/site/wp-content/uploads/2021/03/Um-feminismo-decolonial.pdf>